

DEMOCRACIA PARA QUEM? – FUNDAMENTOS DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Fábio Pendiuk¹
Lindsay Thais Arndt²

RESUMO

Este artigo apresenta os fundamentos teóricos da cidadania enquanto conduta de agentes participativos e transformadores no ciclo de construção do poder que atua sobre a vida social, esclarecendo as vertentes do ideal democrático e especulando sobre a viabilidade de participação política e soberania popular em relação ao Estado. O estudo aponta para a contradição entre os ideais democráticos e as práticas, por vezes, tirânicas e despóticas, daqueles que fazem do público a máscara do privado.

Palavras-chave: cidadania; democracia; participação política.

ABSTRACT

This article presents the theoretical foundations of citizenship as a behavior of participatory and transformative agents in the cycle of power building that acts on social life, clarifying the slopes of the democratic ideal and speculating on the viability of political participation and popular sovereignty in relation to the State. The study points to the contradiction between democratic ideals and the sometimes tyrannical and despotic practices of those who make the public the mask of the private and of reason the rationality of the private.

Keywords: citizenship; democracy; political participation.

1 INTRODUÇÃO

Com raízes nas antigas religiões, na civilização grega e no Império Romano, a cidadania nos traz uma ideia de igualdade entre os seres humanos, perante uma divindade, diante de uma postura exigida no confronto de um inimigo comum, ou como certa solidariedade que constitui um corpo político.

Em outra perspectiva, sistematizada por Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), a cidadania se constrói em três conjuntos de direitos: o direito civil,

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

² Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil

que determina a igualdade perante a lei e a liberdade de pensamento; o direito político, tal como a capacidade para filiar-se a grupos políticos, votar ou ser votado; e o direito social, de ter acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Ovocionado por uns, criticado por outros, acusado de excesso britânico, Marshall sugere uma ordem cronológica do desenvolvimento destas três categoria de direito. Por terem direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos, e, por consequência, lutariam por direitos sociais. Sendo a base da cidadania, a precariedade dos direitos civis dificultaria a conquista e preservação dos direitos políticos e sociais, acarretando, conseqüentemente, dificuldades para a consolidação de uma sociedade democrática (PANDOLFI, 2001).

Em sua atualização na filosofia política, o conceito de cidadania é redefinido de forma generalizada como uma dimensão fundamental, e talvez a mais intensa, da existência humana, na medida em que o compartilhar da vida e dos espaços torna-se o caminho para se viver em sociedade. Faz parte do exercício pleno da cidadania o agir em prol do bem comum. Nesta perspectiva, ser cidadão, individualmente ou corporativamente, é também contribuir para que o maior número possível de indivíduos exerça os direitos que lhe estão previstos e destinados. Assim, ser cidadão é atuar para diminuir a exclusão em todos os seus aspectos, sendo um agente da solidariedade ao assumir a responsabilidade de atuar em prol de certa igualdade entre os seres humanos (DELACAMPAGNE, 2001).

Nota-se que o conceito genérico de cidadania considera o indivíduo comum da sociedade civil como um agente transformador e participativo no ciclo de construção do poder que atua sobre a vida social. Essa postura engajada, como premissa de boa conduta em sociedade, nos remete ao modelo democrático de regime político e configuração social. A partir da análise de obras fundamentais da ciência da sociedade, o estudo, a seguir, identifica as principais fontes deste ideal e aponta suas contribuições no debate contemporâneo sobre a participação política.

2 UM MÉTODO DE DECISÃO POLÍTICA

Dentre os clássicos do pensamento democrático, destaca-se Joseph Schumpeter (1883-1950), para quem a democracia não significava, nem poderia significar, um regime político onde o povo efetivamente governe, e sim onde o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão. O autor entende a democracia como um método político para se chegar a uma decisão política, incapaz de ser um fim em si mesmo, que não tenha relação com os resultados buscados em determinadas condições históricas. Assim, a lealdade incondicional à democracia pode significar simplesmente a lealdade a certos interesses que se espera serem servidos por ela. Entende-se, desta forma, que a democracia, como qualquer outro método, não produz sempre os mesmos resultados, nem favorece os mesmos interesses. O funcionamento da democracia estaria, então, relacionado à situação que a determina – aos fins últimos da adesão ao método democrático, o que também ocorre com os argumentos antidemocráticos.

Ao refutar os pressupostos das teorias utilitaristas do século XXIII, que anunciam o método democrático como arranjos institucionais para se chegar a decisões políticas que realizariam o “bem comum”, detectado pelo uso da razão, o que remete à ideia de “vontade geral” da teoria democrática de Rousseau, Schumpeter (2008) considera improvável haver um bem comum unicamente determinado, pois as pessoas consagrariam diferentes valores e, ainda que uma vontade comum surja no emaranhado complexo das situações, influências, ações e reações individuais ou de grupos, faltaria unidade racional, o que exigiria confiança ilimitada nas forças democráticas independente de resultados.

Quanto ao racionalismo da escolha de cada indivíduo diante de decisões políticas, que, como pressuposto pela doutrina clássica da democracia, proporcionaria uma oportunidade efetiva de participação, Schumpeter (2008) afirma que a ampliação desta ao ponto de colocar as decisões políticas mais amplas à escolha deliberada dos cidadãos teria fortes conseqüências. A primeira é que o cidadão típico, diante de assuntos políticos que estão além de sua vivência e compreensão, cederá facilmente à preconceitos e impulsos extra-racionais ou irracionais. A segunda é que essa pobreza crítica abre espaço para grupos que possuam interesses a defender e que são capazes de criar, utilizando artifícios semelhantes aos da publicidade comercial, uma “vontade

manufaturada” (não genuína). Deste modo, a vontade do povo apresenta-se como o produto, ao invés do motor do processo político. Schumpeter lembra, ainda, que nem sempre as decisões tomadas em um âmbito administrativo mais amplo (e complexo) devem se conformar com aquilo que o povo realmente quer.

Enquanto a doutrina clássica afirma que a principal função da democracia seria dotar o povo do poder de decisão, relegando a escolha de representantes a um segundo plano, Schumpeter (2008) propõe uma inversão destes elementos, priorizando a eleição e reduzindo a importância da decisão pelo eleitorado. Sob esse ponto de vista, a democracia define-se como um arranjo institucional para adquirir o poder de decisão através da luta competitiva pelo voto da maioria da população. Schumpeter defende, assim, que todo governo é elitista e a democracia seria o modelo de governo no qual o povo escolhe as elites.

Schumpeter (2008) não se encaixa somente entre os autores da corrente elitista da teoria da democracia (Pareto, Mosca, Michels), que, em essência, reconhecem que o modelo democrático é um governo de elites e minorias, ele também é responsável pela teoria concorrencial da democracia, que chama atenção para o processo competitivo na seleção das elites e no andamento do governo. Neste grupo, sucessores de Schumpeter, como Sartori, Dahl e Downs, acrescentam novas abordagens e pontos de vista a sua teoria, dentre as quais destacam-se a possibilidade real de alternativas, a estabilidade do mandato e a liberdade de voto segundo a opinião.

Vale ressaltar que a teoria de Schumpeter é precursora também da teoria econômica da democracia, ligada ao nome de Downs, que afirma que a apatia política é perfeitamente compatível com a escolha racional do indivíduo, afinal o eleitor escolhe aquele que atenderá seus interesses e o político, como pretende manter-se no poder, fará o melhor pelo povo, o que se assemelha à relação econômica, onde os consumidores e empresários buscam o melhor para si de forma racional, ajudando o mercado a melhorar. Quanto a essa apatia, seu argumento é complementado por Lipset, segundo o qual, quanto maior a taxa de abstenção eleitoral, mais estável será a democracia, e por Huntington, para quem o problema não é a apatia, mas a participação, já que quanto mais o

Estado atende a demandas populares, mais incapaz de processá-las ele se torna, o que desestabiliza o governo.

3 O APARELHO BUROCRÁTICO COMO GARANTIA DE DEMOCRACIA

Em sua análise do Estado moderno, Max Weber (1999) afirma que a racionalidade do Estado se deu somente no ocidente, onde a complexidade da sociedade industrial exigiu profundas transformações em suas bases, prevalecendo a sistematização racional como ponto chave de sua formação. Segundo ele, o aparelho burocrático do Estado garante a ordem liberal e a democracia, evitando que determinados grupos ou facções se perpetuem no poder político. Diante da necessidade de impor também limites a sua ação, o governo (parlamento) surge como uma instituição reguladora onde se encontra o elemento político, responsável pelas decisões políticas da sociedade. O autor afirma, ainda, que diferente da burocracia, onde os indivíduos que a compõem precisam comprovar certas habilidades técnicas, os integrantes do governo devem passar por algum processo de seleção democrático. A democracia, na concepção de Weber, tem um caráter processual e minimalista, ou seja, é concebida como um mecanismo de escolha individual dos líderes e de competição eleitoral decidida pelo voto do cidadão. O autor define, então, democracia como um mecanismo institucional de seleção de políticos competentes e capacitados, onde o povo ficaria restrito à escolha de seus representantes dentro de um grupo elitista de políticos profissionais.

Weber, assim como Schumpeter, tinha uma concepção restrita da vida política, acreditando não haver espaço abrangente à participação política. Para ambos, a coletividade era uma constante ameaça à estrutura do Estado. Segundo eles, uma democracia direta seria impraticável na sociedade moderna, dada sua realidade complexa e heterogênea. Em sua visão burocratizada da democracia, Weber afirma que a incompetência dos cidadãos médios diante de assuntos públicos distantes de sua atuação rotineira torna necessária a criação de partidos políticos que disputem seus votos num amplo “mercado” político competitivo, onde tenham que racionalizar suas estratégias para obterem êxito em seus intentos.

Na perspectiva weberiana a política é o campo onde são travadas as lutas pelo poder legítimo e o controle sobre o Estado seria um meio para se obter esse poder, exercido pelo uso legítimo da violência. Sua preocupação ao analisar a estrutura burocrática estatal era identificar de que maneira as formas de poder no Estado ligavam-se ao modelo capitalista de sociedade. Conforme o autor, a busca incessante pelo poder através da política não apenas havia gerado o capitalismo, como vinha garantindo sua subsistência, a partir do momento em que cada Estado particular teve que concorrer pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições pelas quais o ajudaria a tornar-se poderoso.

4 O CAPITAL SOCIAL DA DEMOCRACIA

Buscando compreender o desempenho das instituições democráticas, Robert Putnam (2014) volta-se para as relações entre instituições, processos históricos e ação social, apontando para a existência de uma correlação positiva entre desempenho institucional e comunidade cívica. O autor chama a atenção para a questão do capital social formado por características da organização social, como confiança, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, que facilitam a cooperação e contribuem para aumentar a eficiência de um regime democrático.

A ação política dos cidadãos com base nos princípios de liberdade e igualdade reforçaria a democracia e os laços de confiança. Segundo o autor, a confiança, que surge das normas de reciprocidade e dos sistemas de participação, se configura como o principal componente do capital social em termos de recursos morais, funcionando como uma espécie de garantia nas trocas sociais. Os elementos que constituem o capital social tendem a ser cumulativos e a reforçarem-se mutuamente, gerando um círculo virtuoso. Por outro lado, estoques de capital social negativo também tendem a se reforçar, criando um círculo vicioso que se manifesta em desconfiança generalizada, deserção, egoísmo, isolamento e estagnação. Ambos os capitais podem manter a sociedade unida, mas com diferentes níveis de resultado e interpretação institucional.

De acordo com Putnam (2014), as políticas baseadas em relações de cooperação devem ser promovidas em ambientes sociais nos quais já exista alguma prática de cooperação, ou em que as dificuldades de cooperação sejam mínimas, facilitando o crescimento do capital social, visto que “as normas e cadeias de relações sociais multiplicam-se com o uso e minguam com o desuso”. Assim, as regiões com maiores níveis de capital social oferecem melhores condições para o desenvolvimento da democracia.

5 UMA ECONOMIA DA DEMOCRACIA

Partindo da premissa de que políticos e eleitores agem racionalmente a partir de cálculos de interesses, Anthony Downs (1999), em sua “Teoria Econômica da Democracia”, que marcou a penetração da racionalidade econômica na Ciência Política, afirma que os candidatos a uma eleição fazem uma espécie de oferta de “bens” quando estabelecem programas e formulam promessas, enquanto que o eleitor procura maximizar sua utilidade, tentando obter com o seu voto a melhor incidência possível sobre suas condições concretas de existência, o que supõe uma identificação dos respectivos interesses e a inserção destes dentro de uma escala de preferências e confianças.

Segundo o autor, as motivações dos políticos seriam seus desejos pessoais, tais como renda, prestígio e poder derivados dos cargos que ocupam. Como estes atributos não podem ser obtidos sem que eles sejam eleitos, suas ações têm por objetivo a maximização do apoio político para angariar votos, sendo suas políticas orientadas meramente para este fim. Esta necessidade de maximizar votos impede o político de servir exclusivamente aos interesses de sua classe ou dos grupos que esteja ligado pessoalmente, o que faz com que os governos cumpram suas funções sociais, mesmo quando os motivos de sua atuação não guardem relação com elas.

Quanto à racionalidade dos eleitores, conforme Downs (1999), estes estabeleceriam suas preferências entre partidos competidores baseando-se em uma comparação entre a renda de utilidade das atividades do atual governo e a renda de utilidade caso os partidos de oposição estivessem no governo. O autor

afirma, ainda, que, em um sistema de dois partidos, os eleitores simplesmente votam no partido que preferem, enquanto que em sistemas multipartidários os eleitores têm de levar em conta a preferência dos outros eleitores. Neste último caso, se o partido de sua preferência não tem chances de vencer, ele irá votar em outro que mantenha o partido ao qual este é averso fora do poder.

Nesta perspectiva, um poderoso obstáculo para a racionalidade política seria a incerteza que permeia o Estado Democrático descrito pelo autor. Entendida como a falta de conhecimento seguro sobre o curso dos acontecimentos, a incerteza poderia estar presente em qualquer parte do processo de tomada de decisão, afetando o nível de confiança tanto dos partidos políticos quanto dos eleitores. Para o autor, os eleitores se dividem em grupos com variados graus de confiança em suas decisões de voto, havendo uma relação de influências entre estes grupos, dado que os eleitores com menos certeza estão sujeitos à persuasão daqueles que fornecem a informação de forma tendenciosa, o que faz com que o governo considere alguns eleitores mais importantes do que outros, desviando a democracia de seu ideal de igualdade para a qual o sufrágio universal foi criado para garantir. Além disso, a incerteza limita a capacidade que cada eleitor tem de relacionar os atos governamentais com seu próprio ponto de vista sobre o que levaria a uma boa sociedade. Surge, assim, o uso da ideologia partidária como um modo do eleitor cortar seus custos de informação, o que o ajuda a tomar sua decisão de voto sem ter conhecimento de cada política específica. Seria necessária coerência entre a ação efetiva dos partidos e suas ideologias. Do contrário, a votação racional seria praticamente impossível, diante da imprevisibilidade gerada pela incerteza.

6 UMA TEORIA PARTICIPATIVA DA DEMOCRACIA

Ao questionar qual o lugar da participação em uma teoria viável da democracia, Carole Pateman (1992) chama a atenção para a ênfase dada pelas teorias democráticas aos perigos do aumento da participação popular na política. Segundo estes teóricos, as teorias clássicas teriam o ideal do máximo de participação do povo, o que poderia comprometer a estabilidade do sistema político. Uma preocupação nascida da constante comparação entre democracia

e totalitarismo, vistas como as únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno. A democracia, enquanto governo da máxima participação do povo, tem então sua prática posta em dúvida diante da complexidade das sociedades industriais e burocráticas do século XX.

Dentre os teóricos mais conhecidos que debateram esta tese, destacam-se Gaetano Mosca e Robert Michels. Enquanto o primeiro ressaltava a necessidade de todas as sociedades terem uma elite no governo, para o segundo, era necessário optar por organização ou democracia. Assim, com base em investigações empíricas que revelavam a falta de interesse pela política por parte dos cidadãos e até mesmo atitudes autoritárias nos grupos de condição sócio-econômica baixa, a visão clássica do homem democrático passou a ser vista como uma utopia sem nenhum fundamento real, desencadeando-se assim, um processo de rejeição das antigas teorias democráticas, apoiado no argumento de que aquelas teorias eram normativas e excessivamente carregadas de ideais, enquanto a teoria moderna seria fundamentada na realidade política.

Segundo Pateman (1992), esse contraste entre os fatos e as antigas teorias tem início na obra de Joseph Schumpeter, onde é feita uma revisão da teoria clássica e definida uma nova e realista democracia, que, em resumo, trata da livre competição pela liderança. Ao perceber que as obras atuais foram elaboradas dentro do parâmetro estabelecido por Schumpeter, ou seja, o exame das deficiências de um modelo estabelecido na doutrina clássica, seguido da proposta de alternativas, a autora acredita ser necessário uma compreensão da essência de sua teoria para entender as obras contemporâneas. Encarada como uma teoria dissociada de ideais e fins, a democracia é vista por Schumpeter como um método político para se chegar a decisões políticas. Desta forma, criticando o papel central da participação na doutrina clássica, ou seja, a tomada de decisões por parte do povo, o que lhe parecia se basear em fundamentos empiricamente irrealistas, Schumpeter enfatiza que a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo, podendo qualquer pessoa, em princípio, competir, é o que realmente diferencia a democracia de outros métodos políticos. Assim, não possuindo um papel central em sua teoria democrática, a participação era reduzida ao voto para escolha de uma liderança

e à discussão, ou seja, o controle dos representantes por seu eleitorado só se daria quando estes os substituíssem por outros durante as eleições, tendo o cidadão o papel participativo único de manter a máquina eleitoral funcionando.

Ao considerar Rousseau o teórico da participação por “excelência”, pelo seu apoio à participação de todos os cidadãos no processo político de tomada de decisões, Pateman (1992) encontra a atribuição de um papel educativo e de integração à participação em sua obra, ou seja, o controle dos indivíduos sobre o curso de suas vidas e do meio em que vivem, permitiria que decisões coletivas fossem aceitas mais facilmente, fornecendo a sensação de que cada indivíduo pertence à sua comunidade. Conforme a autora, a participação também provocaria um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. Porém, a sociedade democrática ideal de Rousseau era uma sociedade pequena, formada por camponeses, onde houvesse igualdade e independência econômica, o que se distancia cada vez mais das sociedades contemporâneas.

Assim como Rousseau, Stuart Mill também atribuía uma função educativa à participação, destacando a necessidade de se desenvolver um caráter público e ativo nos cidadãos através de sua participação diária em esferas inferiores da sociedade, o que, para Pateman (1992), se mostrava possível de ser aplicado nos dias de hoje. Assim, a autora recorre a Cole, que, já no século XX, traz as teorias de Rousseau e Mill para a sociedade industrial, vendo na indústria o ambiente propício para se desenvolver um caráter ativo nos indivíduos e treiná-los para viver em uma sociedade participativa. Conclui-se, desta forma, que a democracia e a definição de político na teoria participativa não estão confinadas apenas à esfera do governo nacional ou local.

Pateman (1992) recorre então aos estudos empíricos realizados em indústrias onde há algum tipo de participação por parte dos trabalhadores para explicar como se dá esse processo de treinamento para uma democracia participativa dentro de uma organização hierárquica como a indústria. Assim, Pateman chega aos autores Almond e Verba que, com base em dados empíricos, descobrem que aqueles que no seu dia-a-dia têm a oportunidade de participar de algum tipo de decisão tomada coletivamente, desenvolvem um

“senso de eficácia política” ligado à sensação de autoconfiança, que aumenta o interesse em participar de outras esferas políticas de tomada de decisão. Com base nestes estudos e em seus dados, Pateman define participação como a possibilidade de questionar, discutir e assim influenciar nas decisões, podendo haver uma participação parcial, onde os trabalhadores são ouvidos, mas a palavra final é sempre dos supervisores, ou uma participação plena, onde cada membro tem igual poder de determinar o resultado final das decisões, sendo que ambas podem se dar tanto nos níveis mais baixos da administração, onde ocorrem as atividades rotineiras, quanto nos mais altos, onde são feitas as decisões sobre o gerenciamento da empresa. A autora conclui, então, que, para que haja uma familiarização com os procedimentos democráticos, é necessária uma participação, pelo menos, parcial, nos níveis mais altos da administração; só assim o indivíduo poderia experimentar a relação entre as decisões tomadas e seu impacto em um ambiente mais abrangente.

Mesmo diante de fatos que comprovam o desenvolvimento de uma cultura política favorável à democracia através da aproximação do cidadão com as responsabilidades políticas no ambiente em que vive, seria precipitado afirmar que as instituições democratizadas seriam a única fonte dessa cultura. Segundo José Álvaro Moisés (1995), a maneira como os indivíduos adotam determinadas opiniões e atitudes deve ser explicada remetendo-se ao fenômeno de formação de interesses e concepções econômicas, religiosas, partidárias e, principalmente, concepções sobre o papel do poder público, entre outras que se referem às relações entre sociedade e política, precisamente, entre a sociedade e o Estado. Com base em diversos autores e seus estudos empíricos, sem desconsiderar a importância da democratização das estruturas da sociedade para o surgimento de uma cultura política capaz de auxiliar no processo de consolidação de um regime democrático e acreditando que a democracia deve ir além da máquina eleitoral, Moisés (1995, p.97) afirma que essa consolidação depende também “do modo como o pacote institucional democrático é formulado e apresentado tanto às elites relevantes quanto à massa dos cidadãos, com vistas à obtenção do seu consentimento”.

Conclui-se, desta forma, que, mesmo sendo indispensável ao processo de consolidação de uma democracia participativa, a generalização de uma

cultura política propícia ao regime democrático, como a que mostra Pateman, seria insuficiente para causar todas as mudanças necessárias, mas, sem dúvida, seria um grande passo rumo ao desenvolvimento da consciência política necessária à viabilidade de uma democracia mais próxima de suas teorias.

Otimistas, Leonardo Avritzer e Brian Wampler (2004) sugerem uma conexão entre estratégias de contestação política e instituições que enfatizam uma construção autônoma do discurso participativo. Os autores veem na experiência brasileira de institucionalização de processos deliberativos que incorporam cidadãos, chamados Orçamentos Participativos, um espaço de possível superação da exclusão política e de promoção de transparência administrativa nos atendimentos aos interesses públicos. Práticas democráticas como esta aliam a ênfase institucionalista em uma sociedade política formal ao debate da sociedade civil a cerca da autonomia da esfera pública. Segundo eles, desde a década de 1980, o país apresenta um histórico de conquistas que expressam os anseios democráticos por uma nova esfera de negociação e deliberação com base na conexão entre atores políticos e sociedade civil. Primeiro com o engajamento cívico ocorrido nas manifestações pela redemocratização política e, em seguida, com a elaboração da Constituição Cidadã de 1988. Neste sentido, o Brasil se destacaria atualmente com uma proposta que, pelo menos em tese, indica tanto uma aproximação do conceito de esfera pública como local de renovação social e política, quanto um fortalecimento da dimensão pública para amenizar os abusos de uma sociedade estratificada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia é um tema de pouco consenso entre aqueles que se dedicaram a conceituá-la. Por vezes, compra-se o discurso democrático do governo de todos para valorizar o papel de cidadão agente transformador da realidade, mas basta um passo em direção às estruturas onde se encontram aqueles que de fato tem algum valor nos processos decisórios que direcionam nossas vidas, para perceber o quão distantes estamos da arena onde se debate os interesses ditos gerais.

A primeira vista, nos parece confortável essa dispensa do mundo político. Limitar-se a escolher nossos supostos representantes no *menu* eleitoral, não nos pesa tanto no balaio das responsabilidades, tampouco nos apraz tomar as rédeas das políticas públicas para além de uma opinião ou outra com argumentos simplistas de campanhas reduzidas a promessas sobre aquilo que esperamos, já que o viável incendiaria o cenário. Se o ideal democrático exige comprometimento daqueles que desejam se impor como agentes do próprio destino, a realidade parece empurrar a maioria à tirania e ao despotismo de quem faz do público a máscara do privado, da razão a racionalidade dos interesses particulares de um grupo seletivo e de poucas publicidades.

REFERÊNCIAS

DELACAMPAGNE, C. *A filosofia política hoje: ideias debates questões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DOWNS, A.. *Uma Teoria da Democracia*. SP: Edusp, 1999.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. SP: Editora Ática S.A., 1995.

PANDOLFI, D. C. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. RJ: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia*. São Paulo: Ed FGV, 2014.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Perennial Book, 2008.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1999.